



DIREITOS HUMANOS

Boletim Informativo

Índice

03	Dia Internacional da Mulher: MP faz ação de conscientização Na Estação da Lapa para alertar contra a violência de gênero.
05	MP investiga práticas racistas nas redes sociais contra participante de reality show.
06	PGJ se reúne com lideranças dos povos indígenas Pataxó e Tupinambá do extremo sul da Bahia.
07	MP integra Câmara de Conciliação e Pacificação da Bahia.
08	‘Raízes da Cidadania’: Projeto inédito busca atuação transversal para melhorar indicadores sociais da Bahia.
09	MP e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) debatem construção de parceria para execução do projeto ‘Raízes da Cidadania’.
10	Reuniões entre MP e secretarias estaduais discutem projetos estratégicos de desenvolvimento social.
11	PGJ recebe Anistia Internacional e familiares de Pedro Henrique e presta informações das investigações do caso.
12	MP recomenda ao Colégio Anchieta que adote medidas de combate ao racismo institucional
13	MP expede recomendação-geral para alinhar e intensificar atuação em crimes contra defensores de Direitos Humanos
14	Cards publicizados no instagram do MPBA .
15	1ª Reunião de 2024 do Comitê de Monitoramento da Implantação do Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional - COMPERI .
16	1ª PJDH – 4ª Promotoria em defesa da População LGBTQIAPN+.
17	1ª PJDH – 3ª Promotoria de Enfrentamento ao Racismo, Injúria e Intolerância Religiosa.
18	Cards publicizados no instagram do MPBA .

NOTÍCIAS



Dia Internacional da Mulher: MP faz ação de conscientização Na Estação da Lapa para alertar contra a violência de gênero_08 mar. 2024.



O oito de março não nasceu de um evento específico, e sim de um conjunto de movimentos no final do século 19 e começo do século 20 contra as péssimas condições de trabalho às quais as trabalhadoras eram submetidas. “As mulheres tinham que trabalhar 16 horas por dia durante seis dias na semana. Elas eram vigiadas para ir ao banheiro e até fora do trabalho. Sofriam um conjunto de abusos e assédio sexual” Leia mais em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2024/03/dia-internacional-da-mulher-conheca-as-historias-por-tras-do-8-de-marco/> O Ministério Público estadual, por meio do Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero e em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid), promoveu uma ação de conscientização na Estação da Lapa para alertar a população sobre a importância da luta contra a violência de gênero e o respeito aos direitos das mulheres, pela passagem do Dia Internacional das Mulheres. A atividade contou com as participações da promotora de Justiça **Sara Gama Sampaio**, promotor de Justiça Coordenador do CAODH, Dr. **Rogério Queiroz** e apoiadoras(es) do projeto Luto por Elas.

Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.

[Clique aqui para acessá-la.](#)

MP investiga práticas racistas nas redes sociais contra participante de reality show_12.abr.24.

O Ministério Público estadual, por meio da Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo, instaurou procedimento para apurar notícia de fato que relata práticas racistas cometidas nas redes sociais contra Davi Brito Santos de Oliveira, que participa atualmente de programa televisivo de *reality show*.

Segundo a promotora de Justiça **Lívia Sant'Anna Vaz**, a representação foi protocolada no MP, pelo representante da vítima.

Ela informou que as empresas responsáveis pelas redes sociais onde teriam ocorrido as ofensas racistas serão oficiadas para enviar informações dos perfis que teriam incorrido na suposta prática criminosa, com o objetivo de identificar os autores.

“As pessoas têm ficado muito à vontade para manifestar ódio nas redes sociais, seja racial, de gênero, de orientação sexual, acreditando que estão na clandestinidade, que não serão descobertas. As denúncias podem ser realizadas ao MP por meio do Disque 127, do [site de atendimento ao cidadão](#) e também pelo e-mail caodh@mpba.mp.br.



Notícia adaptada extraída do Portal Institucional MP/BA.
[clique aqui para acessá-la.](#)



PGJ se reúne com lideranças dos povos indígenas Pataxó e Tupinambá do extremo sul da Bahia_13. mar. 2024.

O procurador-geral de Justiça **Pedro Maia** recebeu na manhã desta quarta-feira, dia 13, lideranças indígenas dos povos indígenas Pataxó e Tupinambá do extremo sul da Bahia. No encontro, os representantes dos povos indígenas relataram casos de violações a seus direitos de acesso à saúde e educação, episódios de violência e conflitos envolvendo a demarcação de terras. Os integrantes dos povos indígenas destacaram a importância da integração das esferas estadual e federal para a defesa dos seus povos e a urgência na apuração de crimes de homicídios contra indígenas. “Estamos sensíveis à causa indígena e vamos dialogar com os órgãos e instituições do Sistema de Justiça para compreender as diversas demandas e buscarmos providências para melhorar essa situação”, afirmou o chefe do MP baiano.

Ele ressaltou que foi definido entre os eixos prioritários de atuação do MP as áreas de segurança pública e a defesa dos direitos humanos e que a Instituição cumprirá o seu papel constitucional na defesa dos cidadãos. “Tenham o nosso compromisso para garantir a efetivação dos direitos que foram violados”, disse. O presidente da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo sul da Bahia (Finpat), Kâhu Pataxó, homenageou o PGJ com um maracá, instrumento que possui tanto a função de curar ou fazer a limpeza espiritual da aldeia nas mãos do pajé, como também a de acompanhar as cantigas para proteção da vida e integridade pessoal dos povos indígenas. “Gostaria de entregar ao chefe do MP baiano o maracá, instrumento que é um símbolo para os índios. Agradecemos por esse encontro e pedimos atenção às demandas do nosso povo”, afirmou Kâhu Pataxó.

A reunião contou ainda com a presença dos promotores de Justiça Rogério Queiroz, coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (Caodh); Hugo Casciano de Sant'Anna, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); e Aurivana Curvelo de Jesus Braga, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis, Fundações e Eleitorais (Caocife), além das lideranças indígenas.



MP integra Câmara de Conciliação e Pacificação da Bahia_ 14.mar.2024



A Câmara de Conciliação e Pacificação da Bahia (PacíficaBahia) realizou sua reunião inaugural em (14/03), durante o Fórum em Defesa das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais na Bahia, que ocorreu na sede do Ministério Público Federal. O objetivo da Câmara é encontrar caminhos e soluções conjuntas para resolver problemas, efetivar direitos e assegurar a implementação de políticas públicas, tanto em termos sistêmicos e estruturais (com abrangência geral) como para conflitos específicos (com abrangência local), envolvendo indígenas, quilombolas, ciganos, marisqueiras e pescadores, fundos e fechos de pasto, geraizeiros, extrativistas e povos de terreiro.

A Câmara de Conciliação e Pacificação para Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais tem como integrantes permanentes o Ministério Público Estadual (MPBA), por meio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública Estadual (DPE/BA), a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (SEPROMI) e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH). A PacíficaBahia funcionará a partir de calendário específico, que será elaborado conforme as solicitações dos povos e comunidades tradicionais.

Serão realizadas reuniões preparatórias com as partes envolvidas, separadamente, e quantas vezes forem necessárias, bem como reuniões deliberativas, com a presença de lideranças, órgãos públicos com atribuição e eventuais agentes econômicos.

Cada Povo ou Comunidade Tradicional da Bahia que tenha interesse em ter suas reivindicações submetidas à PacíficaBahia deve preencher o formulário específico e encaminhá-lo via MPF Serviços.

**NENHUM
DIREITO
A MENOS**



Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.

[Clique aqui para acessá-la.](#)



A integração interinstitucional, diálogo permanente e trabalho conjunto em prol da sociedade baiana foram os principais temas abordados na reunião entre o Ministério Público baiano e as secretarias de Estado, no Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, no CAB. Durante o encontro, foi apresentado o esboço de um projeto institucional inédito do MPBA, intitulado 'Raízes da Cidadania', que propõe uma atuação transversal da Instituição visando à melhoria dos indicadores sociais do estado.

O projeto foi idealizado pelo procurador-geral de Justiça Pedro Maia e elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), em conjunto com Centros de Apoio Operacional.

'Raízes da Cidadania': Projeto inédito busca atuação transversal para melhorar indicadores sociais da Bahia_26. mar. 2024.

Com lançamento oficial ainda a ser realizado, o 'Raízes da Cidadania' foi concebido e alinhado a dois, dos três principais pilares da agenda de atuação do MP para os próximos dois anos, desenvolvimento humano e sustentabilidade, e perpassa cinco áreas de atuação institucional: Direitos Humanos, Criança e Adolescente, Saúde, Educação e Meio Ambiente Marques; do Ceama, Augusto César Carvalho; além do chefe de Gabinete da Seades, José Leal; e do assessor de Gabinete do MP, Celso Sant'Anna.

O procurador-geral de Justiça, Pedro Maia, destacou: "Estamos aqui hoje com nossa equipe que atua com Direitos Humanos, no sentido mais amplo, e nosso propósito é debater o desenvolvimento de políticas públicas.

Mais que uma parceria, buscamos a integração de objetivos, com o MP atuando para fomentar as políticas executadas pelo Estado e Municípios. Unidos, vamos construir os caminhos em benefício da população baiana." As secretárias Fabya Reis e Roberta Santana, bem como o secretário Felipe Freitas, afirmaram que a proposta se alinha à diretriz do governo do Estado, refletida em programas como 'Bahia pela Paz' e 'Bahia Sem Fome'. Felipe Freitas enfatizou: "*Reconhecemos no MP um agente fundamental da cidadania e dos direitos universais. Uma reunião como essa, que não é usual, é um espaço fundamental para a construção de políticas em prol do interesse público.*"

Juntos, podemos acelerar o processo de resultados efetivos para a população." Roberta Machado destacou a amplitude do projeto e a proposta de pactuação para a transformação efetiva da realidade social da Bahia. Da mesma forma, **Fabya Reis** ressaltou que os desafios só poderão ser superados com a definição de prioridades, o que o projeto enfatiza.



Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA. [Clique aqui para acessá-la.](#)

MP e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) debatem construção de parceria para execução do projeto ‘Raízes da Cidadania’_04.abr.2024.



O Ministério Público estadual deu mais um passo para a construção de uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) quanto à implementação do ‘Raízes da Cidadania’, um projeto institucional inédito, que propõe uma atuação transversal da Instituição visando à melhoria dos indicadores sociais da Bahia. Em reunião realizada ontem, dia 4, na sede do MP no CAB, foram discutidos os potenciais serviços que o Pnud pode fornecer para auxiliar a execução do projeto, de forma alinhada às atribuições constitucionais do MP e às finalidades da organização internacional.

O formato da parceria foi discutido pelo coordenador local de projetos do Pnud na Bahia, Leonel Leal Neto, com a coordenadora da Gestão Estratégica (CGE) do MP, promotora de Justiça Patrícia Medrado; o gerente do projeto coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (Caodh), promotor de Justiça **Rogério Queiroz**, e com os coordenadores dos Centros de Apoio da Criança e do Adolescente, Educação e Meio Ambiente, respectivamente promotores de Justiça **Ana Emanuela Rossi**, **Adriano Marques** e **Augusto César Carvalho**. Também participaram do encontro a secretária-executiva da CGE, **Ana Carla Martins**, e os também servidores do órgão Geraldo Cardoso e Lucas Araújo. Uma nova rodada de discussão sobre a construção da parceria deve acontecer em reunião agendada para o próximo dia 17.

O ‘Raízes da Cidadania’ foi concebido e alinhado a dois dos três principais pilares da agenda de atuação do MP para os próximos dois anos, desenvolvimento humano e sustentabilidade, e perpassa cinco áreas de atuação institucional: Direitos Humanos, Criança e Adolescente, Saúde, Educação e Meio Ambiente.

Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.

[Clique aqui para acessá-la.](#)

Reuniões entre MP e secretarias estaduais discutem projetos estratégicos de desenvolvimento social_08 abr. 2024.



O Ministério Público estadual realizou, reuniões técnicas com as Secretarias estaduais de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), nas quais foram discutidas ações e medidas para convergência de projetos estratégicos do MP e do Governo do Estado que visam à promoção de políticas públicas de segurança pública e de desenvolvimento humano na Bahia. Foi debatido como compatibilizar as propostas, metodologias e objetivos do projeto ‘Raízes da Cidadania’ do MP, que está em fase de implementação, e dos programas estaduais ‘Bahia Sem Fome’ e ‘Bahia Pela Paz’.



As reuniões foram realizadas com a presença da secretária **Fabya Reis** (Seades) e do secretário **Felipe Freitas** (SJDH). Pelo MP, participaram o gerente do ‘Raízes da Cidadania’ e coordenador de Direitos Humanos (Caodh), promotor de Justiça **Rogério Queiroz**; os coordenadoras(es) das áreas de Saúde (Cesau), promotora de Justiça **Rocío Matos**; da Criança e do Adolescente (Caoca), promotora de **Justiça Ana Emanuela Rossi**; da Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça **Hugo Casciano**; Criminal (Caocrim), promotor de Justiça **Adalto Araújo**; Cível, promotora de Justiça **Aurivana Braga**;



o assessor de Gabinete **Celso Sant’Anna**; o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (Gaep), promotor de Justiça **Edmundo Reis**; a secretária-executiva da Gestão Estratégica (CGE) **Ana Carla Martins**; além de outros servidores do MP e das secretarias.

O ‘Raízes da Cidadania’ foi concebido e alinhado a dois dos três principais pilares da agenda de atuação do MP para os próximos dois anos, desenvolvimento humano e sustentabilidade, e perpassa cinco áreas de atuação institucional: Direitos Humanos, Criança e Adolescente, Saúde, Educação e Meio Ambiente.

Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.

[clique aqui para acessá-la](#)

PGJ recebe Anistia Internacional e familiares de Pedro Henrique e presta informações das investigações do caso_16 abr. 2024



O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Dr. **Pedro Maia**, recebeu na manhã de hoje, dia 16, representantes da Anistia internacional e parentes do ativista **Pedro Henrique Santos Cruz**, morto em dezembro de 2018, no município de Tucano, e prestou esclarecimentos sobre as investigações do caso. O chefe do MP informou que uma equipe da Procuradoria-Geral de Justiça irá a Tucano com o objetivo de promover audiência pública para colher mais elementos que possam contribuir com a elucidação do crime. “Registro minha absoluta solidariedade a dona Ana Maria Cruz e seu José de Souza, pais de Pedro Henrique.

O MP padece com essa grave situação e encaminharemos uma equipe da Procuradoria-Geral para Tucano”, afirmou o PGJ. Ele propôs que representantes da Anistia componham a comitiva que irá ao município.

A diretora da Anistia Internacional **Jurema Werneck** destacou a importância da reunião. “*Temos muito apreço a essa audiência, pois é sempre importante a sociedade ter acesso direto à autoridade que cuida dos casos que acompanhamos*”, afirmou. No encontro, estiveram presentes os pais e irmãos de Pedro Henrique, representantes da Rede Observatórios de Segurança do Quilombo Pitanga dos Palmares, do Quilombo Quingoma, parentes da Ialorixá Mãe Bernadete e do jovem Davi Fiúza, ambos mortos em ações policiais, e membros das Defensorias Públicas estadual e federal. Pelo MP, também participaram a procuradora-geral de Justiça Adjunta, **Norma Cavalcanti**; o coordenador do Centro de Apoio de Direitos Humanos (Caodh), promotor de Justiça **Rogério Queiroz**; o coordenador de Centro Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), **Hugo Casciano**; o coordenador do Geosp, promotor de Justiça **Ernesto Cabral**; o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), promotor de Justiça **Luiz Neto Ferreira**; e a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Caoca), promotora de Justiça **Ana Emanuela Rossi**.



Diretora da Anistia Internacional **Jurema Werneck**



Familiares de Pedro Henrique

Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.
[Clique aqui para acessá-la.](#)

MP recomenda ao Colégio Anchieta que adote medidas de combate ao racismo institucional_22.abr.2024.



O Ministério Público estadual recomendou ao Colégio Anchieta que adote medidas de combate ao racismo institucional e realize ações para implementar, de maneira ampla e eficaz, a Lei nº 10.639/2003. No documento, encaminhado ao colégio no dia 22, a promotora de Justiça **Livia Sant'Anna Vaz** solicitou que, no prazo de 60 dias, o colégio apresente ao MP cronograma de programa de combate ao racismo institucional, que deverá ser iniciado no ano letivo de 2024.

A recomendação é para que o programa contemple a formação dos profissionais de educação – inclusive professores, recepcionistas, porteiros, merendeiras e seguranças – para as relações étnico-raciais; e a disponibilização de material didático específico sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003, para orientação dos professores sobre como inserir a temática em suas disciplinas. Além disso, que seja realizada a difusão de material informativo/educativo sobre combate ao racismo e promoção da igualdade racial; palestras ou seminários educativos para as/os estudantes acerca do racismo e de suas consequências socioeconômicas e culturais.

Também nos próximos 60 dias, o colégio deverá apresentar ao MP um Plano Político Pedagógico, para o ano letivo de 2024, que contemple a eficaz implementação da Lei nº 10.639/2003. Para isso, explica **Livia Vaz**, deve-se observar que as ações de implementação da lei exigem habitualidade e perpetuidade e, portanto, não podem se restringir a atividades relativas ao Dia Nacional da Consciência Negra ou a outras datas comemorativas. Além disso, que os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar; que a lista do material didático utilizado seja enviada ao MP; que o plano abranja tanto ações voltadas ao diálogo específico acerca de temas étnico-raciais quanto à inserção transversal destas questões em outras temáticas e/ou disciplinas. A promotora de Justiça ressaltou que "as instituições públicas e privadas, especialmente as instituições de ensino, têm papel fundamental na desconstrução do racismo institucionalizado na sociedade brasileira".

Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.

[Clique aqui para acessá-la.](#)



O Ministério Público estadual se reuniu ontem, dia 29, em Salvador, na sede da Instituição no CAB, com defensores de Direitos Humanos e lideranças de povos e comunidades tradicionais. O propósito foi promover a escuta e discutir sobre os principais problemas que afligem essa população e suas localidades. Durante a reunião, o procurador-geral de Justiça **Pedro Maia** assinou recomendação-geral que orienta a atuação dos promotores de Justiça do MP acerca dos princípios norteadores em investigações de crimes cometidos contra defensores de Direitos Humanos, conforme normativas das Nações Unidas.

O evento contou com a participação do coordenador do Centro Operacional de Direitos Humanos (Caodh), promotor de Justiça **Rogério Queiroz**; da coordenadora da 1ª Promotoria dos Direitos Humanos, promotora de Justiça **Márcia Teixeira**; da promotora de Justiça de Combate ao Racismo, **Lívia Sant'Anna Vaz**; da coordenadora do Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco (Nusf), promotora de Justiça **Luciana Houry** e do promotor de Justiça de Cachoeira **José Ferreira Coelho**.

Na oportunidade, o promotor **Rogério Queiroz** informou que, por determinação do PGJ, está em processo de criação um núcleo para prevenção e mediação de conflitos fundiários envolvendo comunidades tradicionais.



A [Recomendação nº 2 de 29 de abril de 2024](#), prevê, entre outros pontos, atuação imediata do MP diante de relatos de violações de Direitos Humanos, assegurando a participação no processo de investigação das vítimas e/ou seus familiares, e sempre que necessário e conveniente, em casos de crimes contra **defensores dos Direitos Humanos**, a atuação conjunta da Promotoria local com o Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco). A recomendação contempla ainda que as investigações dos casos devem exaurir todos os meios e recursos para apurar os fatos delituosos, com identificação de seus atores e falhas sistêmicas que os permitiram.



Durante a reunião, também foi apresentada a proposta do projeto 'Mãe Bernadete - MP e Quilombos, Protegendo Direitos, Identidades e Ancestralidades'. Idealizado e apresentado pela psicóloga Andréia Cruz e pela assistente social Ingrid Nogueira, servidoras da Central de Assessoramento do CAODH, o projeto foi batizado em homenagem à líder quilombola Mãe Bernadete, assassinada no quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador.

Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.
[clique aqui para acessá-la](#)

1ª Reunião de 2024 do Comitê de Monitoramento da Implantação do Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional - COMPERI



Com o propósito de garantir a continuidade do monitoramento de execução do Plano de Trabalho do Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional do Ministério Público do Estado da Bahia - (PERI), criado pelo Ato 638/2021, o Programa tem por objetivos: **a)** Implementar ações de prevenção e combate ao racismo institucional; **b)** Fomentar a atuação no combate ao racismo e à intolerância religiosa e na promoção da igualdade racial; **c)** Fomentar, nos quadros internos, a diversidade étnico baiana.

O desenvolvimento do PERI tem sido realizado pelo Comitê de Monitoramento da Implantação do Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional – COMPERI - Ato 38/2022 , que é composto por representantes dos seguintes órgãos/unidades:

- I – Coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), que o presidirá;
- II – Coordenação da Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE;
- III – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF;
- IV – Central Integrada de Comunicação Social – CECOM;
- V – Superintendência de Gestão Administrativa;
- VI – Diretoria de Gestão de Pessoas;
- VII – Diretoria Administrativa.

A 1ª reunião aconteceu em **15 de março** na sala 116, 1º andar , da sede do MPBA no CAB e contou com as presenças abaixo citadas:

1. Rogério Luis Gomes de Queiroz	Coordenador CAODH
2. Patrícia Kathy Azevedo Medrado Alves Mendes.	Coordenadora CGE
3. Márcio José C. Fabel	Coordenador CEAF
4. Claudia de Souza Barbosa	Diretora
5. Synthya Torquato dos Reis	Assistente Técnica
6. Maria Amália B. Franco	Diretora dmiva
7. Manuela Damaceno	Coord. de Mídias
8. Andréia da C. Oliveira	Coletivo Maria Felipa
9. Alexandre Cerqueira	Representante Sind
10. Edna Pinho	Oficial ADM
11. Graciele Gentil	Estagiária BEGD
12. Lavínia Pinheiro	Estagiária BEGD

Obs" Todas as decisões estão registradas em ATA, assim como lista de presença com assinatura de todas(os) participantes.

Participação: eventos/atividades externos

1ª PJDH – 4ª Promotora em defesa da População LGBTQIAPN+



A convite da Superintendência de Prevenção à Violência (SPREV) órgão que compõe a estrutura organizacional da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, que teve início a partir do programa Pacto Pela Vida, sendo criada através da Lei nº 12.374, em 23 de dezembro de 2011, a promotora de Justiça **Márcia Teixeira**, para participar do painel sobre prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual, ao lado das Dras. **Mariana Aquino** e **Camila Canário**, mediado pela professora **Nelma Barreto**.

Na oportunidade, fomos agraciadas com o troféu "empodere-se".

A **Convite do Escritório de Direitos Humanos ONU Brasil**, e indicada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos - @cndhbrasil, por uma semana a promotora de Justiça **Márcia Teixeira** esteve em Bogotá/Colômbia, imersa em aprendizados, encontros e reencontros com colegas Promotores (as) de Justiça da América Latina e outros tantos defensores e defensoras de Direitos Humanos. (Argentina, Venezuela, Honduras, México, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Brasil) tendo a Colômbia como anfitriã.



A equipe de gestão do **Programa Primeiro Emprego (PPE)** promoveu o lançamento da **Cartilha Março Mulher: O PPE na construção da valorização e da igualdade no protagonismo da mulher**. Com um público majoritariamente formado por mulheres negras, o projeto, reafirma sua missão de fomentar diálogos essenciais sobre a presença e a participação profissional feminina. Durante o evento, tivemos a honra de contar com a presença e as experiências inspiradoras da Major da Polícia Militar **Alcilene Coutinho**, da Promotora de Justiça **Márcia Teixeira** e da Supervisora de Disseminação de Informações do IBGE **Mariana Viveiros**. Também na plateia estavam os diversos trabalhadores educandos que estão fazendo a diferença na saúde pública, mostrando que juntos podemos construir um futuro mais justo e equitativo.

Participação: eventos/atividades - externos

1ª PJDH – 3ª Promotoria de Enfrentamento ao Racismo, Injúria e Intolerância Religiosa, em 17 de abr. 2024.

17ª edição
SEGURANÇA PÚBLICA
EM FOCO

TEMA DO ENCONTRO:
O ENFRENTAMENTO DO RACISMO
NA ATIVIDADE POLICIAL

17 ABR | 10h | Plenário do CNMP

Jaime de Cassio Miranda
Conselheiro do CNMP | Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP)

Livia Sant'anna Vaz
Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia

Jacqueline Sinhoretto
Pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos

CNP Conselho Nacional do Ministério Público

Notícia adaptada extraída do Portal do CNMP. Disponível em:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/17422-enfrentamento-do-racismo-na-atividade-policial-e-tema-da-17-edicao-do-seguranca-publica-em-foco-em-17-de-abril>

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou no dia 17 de abril, às 10 horas, a 17ª edição do Projeto Segurança Pública em Foco. A iniciativa, promovida pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), ocorre na sede do Conselho, em Brasília, com transmissão ao vivo pelo [canal oficial do CNMP no YouTube](#). Para discutir a temática, foram convidadas a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) **Livia Sant'Anna Vaz**, como expositora, e a pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) **Jacqueline Sinhoretto**, como debatedora. A presidência da mesa é do conselheiro **Jaime de Cássio Miranda**, presidente da CSP.

O projeto Segurança Pública em Foco busca promover a interação do Ministério Público com os órgãos integrantes do SUSP e do Sistema de Justiça criminal. Segundo o presidente da CSP, "a atividade é importante fomentador do diálogo interinstitucional, elemento basilar do planejamento transversal de ações e da adoção de estratégias comuns ou complementares, potencializadoras da eficácia dos programas voltados à promoção da segurança pública".



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida [...] (BRASIL. Constituição Federal/1988). O movimento Black Lives Matter (vidas negras importam)_2020, surgiu nos Estados Unidos (EUA) e se espalhou por vários países como uma reação à brutalidade policial e ao racismo sistêmico praticado contra as pessoas negras. Porém, não demorou muito para que uma espécie de "contra-slogan" surgisse: All Lives Matter ("todas as vidas importam", em tradução livre). Será que isso faz sentido? Dizer "todas as vidas importam" seria o ideal, mas, as evidências demonstram que há um abismo entre brancos e negros em termos de condições de vida e oportunidades em meio à sociedade.



No **21 de março**, desde 2006, é comemorado o **Dia Internacional pela vida das pessoas que vivem com a Síndrome de Down**. A data marca a demanda desta população por políticas públicas de inclusão, que contribuam com o aumento das oportunidades para acesso igualitários aos direitos. A Síndrome de Down não é doença, e sim, uma ocorrência genética em que as pessoas nascem com três cópias do cromossomo 21. A Síndrome foi descrita pela primeira vez em 1866, pelo médico e pesquisador John Langdon Down.

Dia Internacional contra a Discriminação Racial, a data remota o 21 de março de 1960, em Joanesburgo - África do Sul, onde centenas de pessoas saíram às ruas contra a “**lei do passe**” que restringia os locais de circulação da população negra no país. Essa manifestação teve como resultado a morte de **69 pessoas e 186 feridos**. Em memória das vítimas deste episódio histórico (Massacre de Sharpeville) a Organização das Nações Unidas - ONU, desde 1966, escolheu a data, como o **Dia Internacional contra a Discriminação Racial**.



Cards vídeo criado pela CECOM e divulgado no Instagram do MP/BA.



19 de abril, Dia dos Povos Originários, é uma data para celebrar a diversidade cultural e preservação da história daqueles que foram os habitantes originários do Brasil. Existe uma grande diversidade de povos indígenas no país e, de acordo com o censo do IBGE/2022, o quantitativo é de aproximadamente 1,6 milhão. A Bahia é o segundo estado com maior concentração dos povos originários. A proteção dos povos e comunidades tradicionais é atribuição de todo o Ministério Público brasileiro, que busca zelar pelo respeito à territorialidade, à autonomia dos grupos e suas especificidades socioculturais. Violações a esses direitos podem ser denunciadas em nosso **site atendimento.mpba.mp.br** ou no **Disque 127**.



1. Em abril de 2024, **Karoline Bezerra Maia** foi nomeada no Ministério Público do Pará como a primeira Promotora de Justiça Quilombola do Brasil;
2. No ano de 2023, o escritor **Ailton Krenak** foi o primeiro indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras;
3. Em 04 (quatro) anos, no período compreendido entre 2018 e 2022, houve um aumento de **252%** nas invasões de terras indígenas, em comparação com os quatro anos anteriores. Esse dados são do Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI);
4. Em 17 de julho de 2023, foi sancionada a **Lei 14.624** que formaliza o uso nacional da fita com desenhos de girassóis como identificação de pessoas com deficiências ocultas, contudo o uso do símbolo será opcional, mas não substitui a apresentação de documentos comprobatórios e o exercício dos direitos da pessoa com deficiência não estará condicionado ao acessório;
5. A Lei **14.532/2023**, equiparou a injúria racial ao crime de Racismo. Com isso, a pena tornou-se mais severa com reclusão de 02 (dois) a (05) cinco anos, além de multa, não cabe mais fiança e o crime é imprescritível;
6. Em 2023, a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de **19,5%**, enquanto entre as pessoas sem deficiência essa taxa foi de 4,1%. Apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência tinham esse nível de instrução;
7. De acordo com o IBGE/2022, o percentual de pessoas idosas que utilizam a Internet segue aumentando e chegou a **62,1%, em 2023**. O maior percentual de idosos utilizando a Internet está no Centro-Oeste (69,4%) e o menor, no Nordeste (**51,3%**);
8. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o número de denúncias de abandono de idosos cresceu **855%** em 2023;



EXPEDIENTE

Procurador-Geral de Justiça

Pedro Maia

Coordenador do CAODH

Rogério Luis Gomes de Queiroz

Unidade de Estudos e Projetos –

UEP - Equipe CAODH



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

